



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp.pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

28 de julho de 2020

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de junho de 2020

Rendibilidade

Expansão dos proveitos *core*

- **Resultado *core* do Grupo** ascendeu a **542,5 milhões de euros** no primeiro semestre de 2020, um crescimento de 1,3% face ao semestre homólogo do ano anterior, com os **proveitos *core*** a crescerem 2,0% no mesmo período.
- **Resultado líquido do Grupo** de **76,0 milhões de euros** no primeiro semestre de 2020, influenciado pelo contexto COVID-19.

Capital e Liquidez

Confortavelmente acima dos requisitos regulamentares

- **Rácio CET1 e rácio de capital total *fully implemented* estimados** de **12,1%** e **15,5%**, respetivamente, ambos acima dos requisitos definidos no âmbito do SREP.
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares.

Evolução do negócio

Dinâmica contínua de crescimento do volume de negócios; canais digitais com forte crescimento

- **Crescimento do volume de negócios**, com aumento do crédito *performing* para 52,1 mil milhões de euros e com os recursos totais de clientes a atingir 83,2 mil milhões de euros (+4,7% e +5,0%, respetivamente, face a 30 de junho de 2019).
- **Mais de 5,6 milhões de clientes**, destacando-se a **expansão da base de clientes *mobile*** para cerca de 2,5 milhões de clientes.

COVID-19

Posição sólida para enfrentar o choque económico provocado pela pandemia

- **Liderança nas linhas de crédito COVID-19.**
- Prioridade à **proteção dos colaboradores** e ao **apoio a famílias e empresas, reforçando a componente social** de apoio aos mais vulneráveis.
- **Rápida adaptação** de modelos e processos de negócio à nova normalidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade Aberta.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaco@millenniumbcp.pt
lmonteiro@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt





COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19	Var. 20/19
BALANÇO			
Ativo total	86.556	80.873	7,0%
Crédito a clientes (líquido)	53.724	52.035	3,2%
Recursos totais de clientes	83.163	79.224	5,0%
Recursos de clientes de balanço	65.009	60.698	7,1%
Depósitos e outros recursos de clientes	63.464	59.020	7,5%
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	84,7%	88,2%	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	82,6%	85,7%	
RESULTADOS			
Margem financeira	759,1	740,1	2,6%
Produto bancário	1.070,8	1.122,7	-4,6%
Custos operacionais	561,8	546,7	2,8%
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	540,7	519,7	4,0%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	237,3	200,3	18,5%
Outras imparidades e provisões	114,0	42,8	166,2%
Impostos sobre lucros	58,9	121,1	-51,4%
Resultado líquido	76,0	169,8	-55,3%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,6%	2,9%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,2%	0,6%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,4%	0,9%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	2,6%	5,7%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	4,5%	9,7%	
Taxa de margem financeira	2,0%	2,1%	
Rácio de eficiência (2)	52,5%	48,7%	
Rácio de eficiência (2) (3)	50,5%	46,3%	
Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3)	51,6%	47,0%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3)	28,9%	26,9%	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	85	74	
<i>Non-Performing Exposures</i> / Crédito a clientes	7,0%	9,1%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	57,8%	53,6%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	5,5%	6,3%	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	249%	214%	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	137%	135%	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier 1 phased-in</i>	12,1%	12,2%	
Rácio <i>common equity tier 1 fully implemented</i>	12,1%	12,2%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	15,5%	14,7%	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	493	532	-7,3%
Atividade internacional	967	1.033	-6,4%
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	7.154	7.264	-1,5%
Atividade internacional (5)	11.016	11.406	-3,4%

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade Aberta.

Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.

Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial

do Porto com o número único de matrícula e de

identificação fiscal 501 525 882.

LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084

investors@millenniumbcp.pt

bernardo.collaco@millenniumbcp.pt

lmonteiro@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242

Tlm. +351 917 265 020

erik.burns@millenniumbcp.pt

cintia.barbas@millenniumbcp.pt

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário e no capítulo dos indicadores alternativos de desempenho, sendo também apresentadas as respetivas reconciliações com os valores contabilísticos. A partir de 31 de maio de 2019, as demonstrações financeiras do Grupo passaram a refletir a consolidação do Euro Bank S.A., entidade adquirida pelo Bank Millennium S.A.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 21,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, dos quais 13,2 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e compensação pelo ajuste temporário dos salários, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 7,9 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (5,4 milhões de euros como custos com o pessoal, 2,3 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,2 milhões de euros como amortizações do exercício). No primeiro semestre de 2019, o impacto também foi negativo, no montante de 27,0 milhões de euros, dos quais 22,4 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e compensação pelo ajuste temporário dos salários, ambos reconhecidos como custos com o pessoal, na atividade em Portugal e 4,6 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos como outros gastos administrativos pela subsidiária polaca, que registou também um montante considerado imaterial em custos com o pessoal. No cálculo dos indicadores de rentabilidade e eficiência não estão também a ser considerados os itens específicos relevados no produto bancário, de montante imaterial, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca.

(4) Os rácios com referência a 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos, não auditados. Os rácios apurados para 30 de junho de 2020 correspondem a valores estimados.

(5) Dos quais, na Polónia: 8.283 colaboradores em 30 de junho de 2020 (correspondendo a 8.141 FTE - *Full-time equivalent*) e 8.700 colaboradores em 30 de junho de 2019 (correspondendo a 8.550 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia provocada pela COVID-19, na sequência da qual a generalidade dos países se viu obrigado a adotar medidas de exceção, com grande impacto na vida das pessoas e das empresas. O Millennium bcp tem, ao longo deste período, evidenciado a posição sólida em que se encontra para enfrentar o choque económico e para continuar a apoiar os seus Clientes e a economia, defendendo simultaneamente a qualidade do Balanço, a liquidez e a solvabilidade do Banco. De salientar a rápida adaptação de modelos e processos de negócio à nova normalidade, através da promoção ativa dos canais remotos e do aperfeiçoamento dos modelos de decisão e gestão do risco. Por último, mas não menos importante, refira-se a prioridade e preocupação constantes do Banco na proteção dos seus colaboradores, evidenciada na implementação do plano de regresso faseado ao local de trabalho, em condições de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção e reforçando a desinfeção das instalações.

Em 31 maio de 2019, o Bank Millennium, S.A., subsidiária detida em 50,1% pelo Banco Comercial Português, S.A. concluiu o processo de aquisição de ações representativas de 99,787% do capital social do Euro Bank S.A. à SG Financial Services Holdings, subsidiária integralmente detida pelo Société Générale, S.A. A partir desta data, as demonstra es financeiras do Grupo passaram a refletir a consolida o integral do Euro Bank S.A. Na liquida o da transa o foi aplicado o método da aquisi o previsto na IFRS 3 – Concentra es de atividades empresariais que estabelece que os bens adquiridos e as responsabilidades assumidas devem ser reconhecidos com base no seu justo valor   data de aquisi o. De acordo com a IFRS 3, a liquida o final da aquisi o teria de ser concluída no prazo máximo de um ano a contar do dia da aquisi o do controlo, o que, entretanto, aconteceu, sem impactos materiais nas demonstra es financeiras do Grupo.

Seguindo as orienta es sobre Indicadores Alternativos de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), os indicadores relevantes para a compreensão da evolu o da posi o econ mica e financeira do Grupo são detalhados no final deste documento. Tendo em conta que alguns indicadores foram definidos com base em critérios de gestão, os mesmos são reconciliados com os valores contabilísticos publicados nas demonstra es financeiras consolidadas.

RESULTADOS

O **resultado core** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 542,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, situando-se 1,3% acima dos 535,6 milhões de euros alcançados no período homólogo do ano anterior. Esta evolu o reflete, maioritariamente, o crescimento da margem financeira e também, embora com menor magnitude, o aumento das comissões face ao primeiro semestre de 2019, traduzindo um desempenho positivo dos proveitos *core*, numa conjuntura econ mica particularmente adversa. O resultado *core* consolidado foi potenciado principalmente pela atividade internacional, que evidenciou um crescimento de 6,3% face aos 234,4 milhões de euros alcançados no primeiro semestre de 2019, totalizando 249,2 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2020, com especial destaque para a atividade da subsidiária na Pol nia, que beneficiou da integra o e consolida o do Euro Bank S.A. em maio de 2019.

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp situou-se em 76,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, que compara com 169,8 milhões de euros alcançados nos primeiros seis meses do ano anterior. Esta evolu o encontra-se fortemente condicionada pelo impacto da situa o extraordinária que se vive atualmente, decorrente da pandemia provocada pela COVID-19. O impacto da pandemia fez-se sentir sobretudo na necessidade de constitui o de imparidades adicionais para risco de crédito, quer na atividade em Portugal, quer na atividade

internacional, totalizando 108,8 milhões de euros em termos consolidados. O desempenho do resultado líquido consolidado do Millennium bcp foi também influenciado pela reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial na atividade em Portugal, que teve um impacto negativo de 67,5 milhões de euros decorrente das circunstâncias extraordinárias provocadas pela pandemia COVID-19 e pelo reforço da provisão extraordinária constituída para os processos relacionados com os créditos à habitação concedidos em francos suíços pela subsidiária polaca, que ascendeu a 38,0 milhões de euros, no primeiro semestre de 2020. Na comparação com o resultado líquido consolidado apurado no primeiro semestre de 2019 pesa ainda o ganho de 13,5 milhões de euros, que havia sido reconhecido em fevereiro daquele ano, na sequência da alienação do Grupo Planfipsa, refletido como resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação.

O resultado líquido da atividade em Portugal¹ cifrou-se em 45,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, revelando-se inferior aos 72,7 milhões de euros obtidos no mesmo período do ano anterior. Para esta evolução contribuíram largamente quer a constituição de imparidade para riscos de crédito associados à pandemia COVID-19, que ascendeu a 87,9 milhões de euros, quer a reavaliação de fundos de reestruturação empresarial no montante de 67,5 milhões de euros, anteriormente referida. Adicionalmente, importa também destacar o desempenho dos outros resultados de exploração, na medida em que no primeiro semestre de 2019 haviam sido reconhecidos proveitos de montante relevante com a alienação de imóveis, que em 2020 não se repetiram. A contração da margem financeira, fruto do contexto macroeconómico atual caracterizado por um cenário ditado pela persistência de taxas de juro de referência em níveis negativos também contribuiu para os menores resultados obtidos pela atividade em Portugal. Inversamente, a evolução do resultado líquido na atividade em Portugal beneficiou do aumento dos resultados por equivalência patrimonial, das poupanças conseguidas no que respeita aos custos operacionais, fruto da prossecução de uma gestão rigorosa e da menor carga fiscal, cuja evolução acompanhou a redução do resultado antes de imposto.

O resultado líquido da atividade internacional, cifrou-se em 30,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, que compara com 83,7 milhões de euros apurados no semestre homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, que além de refletir o impacto da aquisição do Euro Bank S.A., se encontra condicionado pelo reforço da provisão para fazer face aos riscos legais associados aos processos de crédito à habitação concedidos em francos suíços, no montante de 38,0 milhões de euros, e pela constituição de imparidades para fazer face ao risco de crédito acrescido decorrente da pandemia provocada pela COVID-19, que totalizaram 15,7 milhões de euros. O efeito da pandemia também se fez sentir na operação em Moçambique contribuindo em larga medida para o menor resultado alcançado pela subsidiária no primeiro semestre de 2020 face ao período homólogo do ano anterior.

A **margem financeira** alcançou 759,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, evidenciando um crescimento de 2,6% face aos 740,1 milhões de euros registados no semestre homólogo de 2019, determinado pelo desempenho favorável da atividade internacional, nomeadamente pela evolução positiva da subsidiária polaca, pese embora tenha sido parcialmente atenuado pelo menor contributo proveniente da atividade em Portugal.

A margem financeira da atividade em Portugal totalizou 379,2 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2020, situando-se 5,1% abaixo dos 399,4 milhões de euros apurados nos primeiros seis meses de 2019. Esta evolução deve-se principalmente à quebra verificada no rendimento gerado pela carteira de títulos, nomeadamente da carteira de dívida pública portuguesa, na medida em que a redução do investimento em títulos emitidos pelo Tesouro Português, no último trimestre de 2019, por via das alienações efetuadas, penalizou a margem financeira

¹ Não considera o resultado de operações classificadas contabilisticamente como descontinuadas ou em descontinuação, no montante de 13,4 milhões de euros, registado no primeiro semestre de 2019.

no início do ano corrente. Apesar das novas aquisições, concretizadas no primeiro semestre de 2020, estas não foram, contudo, suficientes para compensar a perda de rendimento verificada, uma vez que o investimento foi efetuado em títulos de dívida pública com taxas de remuneração implícitas inferiores.

A margem financeira da atividade em Portugal foi também condicionada pelo menor rendimento proveniente da aplicação líquida dos excedentes de liquidez junto de instituições de crédito e pelos maiores custos suportados com dívida subordinada, influenciados pelo impacto da emissão, no montante de 450 milhões de euros, colocada em mercado em setembro de 2019. Em sentido oposto destaca-se o impacto positivo do *funding* adicional obtido junto do Banco Central Europeu, no segundo trimestre de 2020, nomeadamente da nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III), no montante de 7.550 milhões de euros, remunerada com base numa taxa de juro negativa.

O negócio comercial continuou a ser fortemente condicionado pelo contexto desfavorável associado às taxas de juro situadas em níveis historicamente baixos, afetando o rendimento gerado pela carteira de crédito *performing*, não obstante o aumento dos volumes de crédito, refletindo, quer a promoção de iniciativas comerciais de apoio às famílias e às empresas com planos de negócio sustentáveis, quer o impacto dos empréstimos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, na sequência da pandemia provocada pela COVID-19. A carteira de crédito *non-performing* também contribuiu negativamente para a evolução da margem financeira devido ao elevado ritmo de redução de *non-performing exposures* verificado no último ano. Paralelamente, assistiu-se a uma poupança com os recursos de clientes, nomeadamente dos custos suportados com os depósitos a prazo.

Na atividade internacional, a margem financeira evoluiu muito favoravelmente apresentando uma subida de 11,5% face aos 340,7 milhões de euros registados no primeiro semestre do ano anterior, alcançando 379,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2020. Esta evolução foi determinada pelo bom desempenho da subsidiária polaca, impulsionado pelo impacto da integração do negócio comercial do Euro Bank S.A., nomeadamente da carteira de crédito pessoal, geradora de margens comerciais superiores. Por outro lado, na operação em Moçambique, a margem financeira situou-se num patamar inferior ao alcançado no primeiro semestre de 2019, refletindo não só a redução do volume de crédito, na sequência da abordagem conservadora ao mercado, mas também as menores taxas de juro subjacentes.

A taxa de margem financeira do Grupo, no primeiro semestre de 2020, fixou-se em 2,0%, situando-se ligeiramente abaixo dos 2,1% registados no semestre homólogo do ano anterior. Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira, situou-se em 1,5%, pressionada pelo contexto de taxas de juro negativas e pelo maior peso dos produtos com taxas mais baixas na produção de crédito no contexto especial da pandemia, apresentando um ligeiro decréscimo face aos 1,7% obtidos nos primeiros seis meses de 2019. Na atividade internacional, a taxa de margem financeira evoluiu de 3,1% no primeiro semestre de 2019 para 3,0% no mesmo período de 2020.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 jun. 20		30 jun. 19	
	montante	taxa %	montante	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	5.069	0,7	3.543	1,1
Ativos financeiros	16.348	1,4	15.764	1,7
Crédito a clientes	52.828	3,1	49.173	3,2
ATIVOS GERADORES DE JUROS	74.245	2,5	68.480	2,7
Ativos não geradores de juros	9.074		9.520	
	83.319		78.000	
Depósitos de instituições de crédito	7.350	0,0	7.491	0,2
Depósitos e outros recursos de clientes	61.782	0,4	56.618	0,5
Dívida emitida	3.167	1,1	3.121	1,2
Passivos subordinados	1.500	4,9	1.243	4,5
PASSIVOS GERADORES DE JUROS	73.799	0,5	68.473	0,6
Passivos não geradores de juros	2.121		1.993	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.400		7.534	
	83.319		78.000	
Taxa de margem financeira		2,0		2,1

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em junho de 2020 e de 2019, à respetiva rubrica de balanço.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, cifraram-se em 46,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, mais do que duplicando face aos 21,9 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, determinados pelo maior contributo proveniente da atividade em Portugal.

O aumento de 28,3 milhões de euros verificado na atividade em Portugal ficou a dever-se sobretudo ao maior contributo gerado pela Millennium Ageas, decorrente da avaliação dos passivos de contratos de seguro locais com base em pressupostos que refletem um maior alinhamento com os utilizados pela casa-mãe.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital revelaram-se 3,8 milhões de euros inferiores ao montante apurado no semestre homólogo do ano anterior, devido à menor apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico, refletindo sobretudo o contexto macroeconómico em Angola, caracterizado por uma situação de recessão económica, bem como o efeito da desvalorização do Kwanza.

As **comissões líquidas** ascenderam a 345,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, situando-se 0,9% acima dos 342,2 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior, devido ao bom desempenho da atividade internacional, pese embora o mesmo tenha sido atenuado pela evolução das comissões na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas totalizaram 232,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, que compara com 235,5 milhões de euros apurados em igual período do ano anterior, incorporando desempenhos distintos no que respeita às comissões relacionadas com o negócio bancário, que apresentaram uma redução de 3,1%, e às comissões relacionadas com os mercados financeiros, que se situaram 11,3% acima do montante contabilizado nos primeiros seis meses de 2019. Importa referir que, a partir da segunda metade do mês de março de 2020, o desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário, nomeadamente as comissões relacionadas com transferências de valores e com cartões, encontra-se penalizado não só pelos impactos diretos da pandemia provocada pela COVID-19, como também pelas iniciativas de apoio à economia adotadas pelo Banco, consubstanciadas em isenções concedidas para fazer face à situação de crise que o país atravessa. Por outro lado, as comissões relacionadas com o mercado beneficiaram da evolução favorável das comissões angariadas com operações de bolsa e com a gestão de ativos, neste caso associadas principalmente à distribuição de fundos de investimento.

Na atividade internacional, as comissões líquidas evoluíram favoravelmente, ao crescer 5,7% face aos 106,7 milhões de euros alcançados no primeiro semestre de 2019, totalizando 112,8 milhões de euros no final de junho de 2020. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente à subida das comissões bancárias na subsidiária polaca, fortemente influenciada pelo impacto da aquisição do Euro Bank S.A., mas beneficiando também, no caso concreto das comissões de *bancassurance*, do crescimento das comissões cobradas pelo Bank Millennium em seguros vendidos a clientes, associados principalmente a operações de crédito pessoal e hipotecário. As comissões relacionadas com os mercados financeiros na subsidiária polaca, no primeiro semestre de 2020, revelaram-se inferiores às comissões obtidas no mesmo período do ano anterior, o mesmo acontecendo na operação em Moçambique, tendo este desempenho sido, em larga medida, compensado pelo aumento verificado na subsidiária Suíça, por via da atividade de corretagem e do crescimento dos ativos sob gestão.

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 39,6 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2020, situando-se abaixo dos 95,5 milhões de euros alcançados em igual período do ano anterior, devendo-se esta evolução maioritariamente ao desempenho da atividade em Portugal.

Os resultados em operações financeiras, na atividade em Portugal, atingiram um valor marginalmente positivo, situando-se em 3,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, aquém dos 53,5 milhões de euros reconhecidos em igual período do ano anterior, devido sobretudo aos menores ganhos com títulos de dívida pública portuguesa, que caíram 39,9 milhões de euros face ao montante reconhecido nos primeiros seis meses de 2019. Os resultados em operações financeiras foram também largamente penalizados pelo impacto negativo proveniente da reavaliação dos fundos de reestruturação empresarial, efetuada em junho de 2020, no montante de 67,5 milhões de euros, que acabou por absorver os ganhos com operações cambiais que haviam sido reconhecidos no primeiro trimestre de 2020, na sequência da desvalorização do zloti.

Na atividade internacional, assistiu-se a uma quebra de 5,6 milhões de euros face ao montante alcançado no primeiro semestre de 2019, devido sobretudo aos menores resultados obtidos pela subsidiária polaca que refletem principalmente o impacto negativo associado à reavaliação da carteira de crédito classificada obrigatoriamente ao justo valor através de resultados. Na operação em Moçambique os resultados em operações financeiras também se revelaram inferiores aos registados no primeiro semestre de 2019, nomeadamente no que respeita aos resultados obtidos em operações cambiais.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**² que, entre outros, incorporam os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, evoluíram de 76,9 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2019 para 119,4 milhões de euros também negativos nos primeiros seis meses de 2020, devendo-se esta evolução ao desempenho demonstrado, quer pela atividade em Portugal, quer pela atividade internacional.

Na atividade em Portugal, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos, de 41,2 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2019 para 66,9 milhões de euros também negativos no primeiro semestre de 2020, reflete essencialmente a redução dos resultados gerados com a alienação de ativos não correntes detidos para venda, cujo montante apurado nos primeiros seis meses de 2019 incorpora o registo de ganhos relevantes com a venda de imóveis recebidos em dação, que não se repetiu em 2020. Por outro lado, os custos suportados com as contribuições obrigatórias, na atividade em Portugal, evidenciaram uma redução de 3,6% face aos 66,6 milhões de euros apurados nos primeiros seis meses de 2019, totalizando 64,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2020.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos cifraram-se em 52,5 milhões de euros negativos nos primeiros seis meses do ano, que comparam com 35,8 milhões de euros também negativos registados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução encontra-se influenciada principalmente pelo aumento das contribuições obrigatórias a que a operação polaca está sujeita, e que evoluíram de 48,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2019, para 57,5 milhões de euros no mesmo período de 2020. O desempenho dos outros proveitos líquidos observado na atividade internacional foi também influenciado pela redução face aos ganhos provenientes da alienação de outros ativos que haviam sido reconhecidos pela operação em Moçambique, no primeiro semestre de 2019.

² Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, em outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. No primeiro semestre de 2019, as reclassificações efetuadas totalizaram 1,5 milhões de euros. O montante de outros proveitos líquidos inclui os custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos na subsidiária polaca, que apesar de serem considerados itens específicos, afiguram-se imateriais.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Milhões de euros

	6M20	6M19	Var. 20/19
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	3,5	0,7	>200%
COMISSÕES LÍQUIDAS	345,2	342,2	0,9%
Comissões bancárias	286,4	285,9	0,2%
Cartões e transferência de valores	75,2	81,2	-7,4%
Crédito e garantias	75,7	82,6	-8,4%
<i>Bancassurance</i>	61,9	58,0	6,7%
Gestão e manutenção de contas	62,1	56,9	9,1%
Outras comissões	11,5	7,2	59,1%
Comissões relacionadas com mercados	58,8	56,3	4,6%
Operações sobre títulos	35,6	33,2	7,4%
Gestão de ativos	23,2	23,1	0,5%
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	39,6	95,5	-58,5%
OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS	(119,4)	(76,9)	-55,3%
RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	42,9	21,2	102,4%
TOTAL DE OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS	311,7	382,7	-18,5%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	29,1%	34,1%	

Os **custos operacionais**³, excluindo o efeito dos itens específicos⁴, ascenderam a 540,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, que compara com 519,7 milhões de euros registados nos primeiros seis meses de 2019. Esta evolução reflete essencialmente o incremento verificado na atividade internacional, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente mitigado pelo bom desempenho da atividade em Portugal, no que respeita ao controlo dos custos operacionais recorrentes.

Os custos operacionais na atividade em Portugal, não considerando o efeito dos itens específicos anteriormente mencionados, apresentaram uma redução de 2,0% face aos 311,3 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2019, totalizando 305,2 milhões de euros reconhecidos até 30 de junho de 2020. Esta evolução favorável dos custos operacionais ficou a dever-se maioritariamente às poupanças obtidas nos outros gastos administrativos, e também, embora com menor expressão, à diminuição registada nos custos com o pessoal, tendo sido atenuada pelo aumento das amortizações do exercício.

Na atividade internacional, os custos operacionais, excluindo o efeito dos itens específicos acima referidos, cifraram-se em 235,6 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2020, registando um crescimento de 13,1% face

³ Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, em outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. No primeiro semestre de 2019, as reclassificações efetuadas totalizaram 1,5 milhões de euros.

⁴ Impacto negativo de 21,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, dos quais 13,2 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e compensação pelo ajuste temporário dos salários, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 7,9 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (5,4 milhões de euros como custos com o pessoal, 2,3 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,2 milhões de euros como amortizações do exercício). No primeiro semestre de 2019, o impacto também foi negativo, no montante de 27,0 milhões de euros, dos quais 22,4 milhões de euros referentes a custos de reestruturação e compensação pelo ajuste temporário dos salários, ambos reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 4,6 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos como outros gastos administrativos pela subsidiária polaca, que registou também um montante considerado imaterial em custos com o pessoal.

aos 208,4 milhões de euros apurados no período homólogo de 2019. O crescimento verificado decorreu sobretudo do desempenho da subsidiária polaca, influenciado, simultaneamente, pelo impacto provocado pela consolidação do Euro Bank S.A. e pelo crescimento orgânico do próprio Bank Millennium, que se fizeram sentir, quer na evolução dos custos com o pessoal, quer dos outros gastos administrativos e das amortizações. De salientar que, como consequência das sinergias obtidas após a fusão com o Euro Bank S.A., os custos operacionais da operação na Polónia, no primeiro semestre de 2020, incorporam poupanças, no montante de 14,0 milhões de euros, ultrapassando os custos reconhecidos no período com a integração do Banco adquirido. A subsidiária em Moçambique também registou um aumento dos custos operacionais no período em análise, embora com uma magnitude inferior.

Os **custos com o pessoal**, não considerando o efeito dos itens específicos (18,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2020 e 22,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2019), totalizaram 309,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, situando-se 2,4% acima dos 301,8 milhões de euros contabilizados no semestre homólogo de 2019. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da atividade internacional, na medida em que os custos com o pessoal na atividade em Portugal nos primeiros seis meses de 2020 revelaram-se inferiores aos custos registados em igual período do ano anterior.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal, excluindo o impacto dos itens específicos, apresentaram uma evolução favorável, ao diminuir 1,8% face ao montante apurado na primeira metade de 2019, cifrando-se em 181,5 milhões de euros em igual período de 2020. Os itens específicos anteriormente mencionados, no montante de 13,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2020 e de 22,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2019, estão relacionados com custos de reestruturação e com os custos de compensação pelo ajuste temporário dos salários. Não obstante a contratação de colaboradores com competências adequadas para reforço das áreas digitais, a evolução dos custos com o pessoal, na atividade em Portugal, reflete a redução, em termos líquidos, do número de colaboradores, de 7.264 no final de junho de 2019 para 7.154 colaboradores em 30 de junho de 2020.

Na atividade internacional, não considerando o impacto dos itens específicos relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca, no montante de 5,4 milhões de euros, no primeiro semestre de 2020 (imateriais até ao final de junho de 2019), os custos com o pessoal aumentaram 9,1% face aos 116,9 milhões de euros registados nos primeiros seis meses de 2019, totalizando 127,5 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2020. A subsidiária polaca foi a principal responsável por este aumento, condicionada pela inclusão, em maio de 2019, de 2.425 colaboradores provenientes do Euro Bank S.A., importando, no entanto, referir que o número total de colaboradores tem vindo progressivamente a diminuir desde o final de 2019, tendo sido já ultrapassado o objetivo definido pelo Bank Millennium de redução do quadro de pessoal em 260 FTE – *full time equivalent*. Em 30 de junho de 2020, a subsidiária polaca contava com 8.283 colaboradores (8.141 FTE – *full-time equivalent*) que compara com 8.700 colaboradores (8.550 FTE – *full-time equivalent*) em 30 de junho de 2019.

De salientar que o número total de colaboradores afetos à atividade internacional em 30 de junho de 2020 ascendia a 11.016 colaboradores, montante inferior aos 11.406 colaboradores existentes na mesma data do ano anterior, refletindo sobretudo a evolução observada no Bank Millennium.

Os **outros gastos administrativos**, excluindo o impacto dos itens específicos, totalizaram 162,7 milhões de euros, no primeiro semestre de 2020, que compara com 160,9 milhões de euros contabilizados no semestre homólogo do ano anterior. Os itens específicos mencionados foram integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca e dizem respeito a custos suportados com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., no montante de 2,3 milhões de

euros, no primeiro semestre de 2020 e de 4,6 milhões de euros, no mesmo período de 2019. Apesar de, em termos consolidados, os outros gastos administrativos se terem situado ligeiramente acima (1,1%) do montante apurado no período homólogo do ano anterior, importa salientar o bom desempenho da atividade em Portugal, cuja redução alcançada foi, no entanto, totalmente absorvida pelo aumento dos custos reconhecidos pelas operações no exterior.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 85,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, evidenciando uma quebra de 7,3% face aos 92,5 milhões de euros contabilizados nos primeiros seis meses de 2019. Nesta evolução, para além da redução dos custos associados a estudos e consultas, salientam-se as poupanças registadas em rubricas como deslocações, estadas e representações, contencioso, água, energia e combustíveis e publicidade, que, refletem não só os impactos decorrentes da pandemia associada à COVID-19, como também a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos, a par com o redimensionamento da rede de sucursais que passou de 532 em 30 de junho de 2019 para 493 em 30 de junho de 2020. Este bom desempenho foi parcialmente absorvido pelo aumento de custos registado noutras rubricas, de entre as quais se destacam os custos associados ao reforço das funções de controlo e aos custos com informática, bem como com um conjunto de custos associados diretamente ao impacto da pandemia COVID-19, como sejam a compra de material de proteção, serviços de limpeza e mudança de instalações.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos, não considerando o impacto dos itens específicos anteriormente referidos, totalizaram 77,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, que compara com 68,4 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, fortemente influenciado pelo impacto da aquisição do Euro Bank S.A. e pelo crescimento orgânico da atividade corrente da operação. Importa referir que, no âmbito da integração do Euro Bank S.A., foi adotado um conjunto de medidas de reestruturação, entre as quais se inclui a redução do número de sucursais que evoluiu assim das 839 sucursais existentes no final de junho de 2019, para 766 sucursais em 30 de junho de 2020.

As **amortizações do exercício**, excluindo os itens específicos reconhecidos pelo Bank Millennium, S.A. no âmbito da aquisição do Euro Bank S.A. que, neste contexto, se afiguram pouco expressivos, totalizaram 69,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2020, situando-se acima dos 57,0 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior, devido maioritariamente ao aumento registado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, também se observou um aumento das amortizações do exercício, embora menos expressivo quando comparado com a atividade internacional, na medida em que os custos reconhecidos evoluíram de 33,9 milhões de euros contabilizadas no primeiro semestre de 2019, para 37,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2020. Este aumento reflete, sobretudo, o investimento em software e equipamento informático, suportando o empenho do Banco na inovação tecnológica e na transformação digital em curso.

A aposta na inovação tecnológica e na transformação digital foi também, em grande medida, responsável pelo aumento das amortizações do exercício que se verificou na atividade internacional, de 23,0 milhões de euros, no primeiro semestre de 2019 para 31,1 milhões de euros, reconhecidos até 30 de junho de 2020. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo à atividade da subsidiária polaca, influenciada pelo impacto decorrente da aquisição do Euro Bank S.A., mas também ao aumento verificado na operação em Moçambique, embora, neste caso, com menor expressão.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

	6M20	6M19	Var. 20/19
Custos com o pessoal	309,0	301,8	2,4%
Outros gastos administrativos	162,7	160,9	1,1%
Amortizações do exercício	69,0	57,0	21,1%
CUSTOS OPERACIONAIS EXCLUINDO ITENS ESPECÍFICOS	540,7	519,7	4,0%
CUSTOS OPERACIONAIS	561,8	546,7	2,8%
dos quais (1):			
Atividade em Portugal	305,2	311,3	-2,0%
Atividade internacional	235,6	208,4	13,1%

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

As dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) totalizaram 237,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, situando-se acima dos 200,3 milhões de euros reconhecidos no período homólogo do ano anterior, devido à evolução registada, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional. Em ambos os casos, a evolução da imparidade do crédito foi fortemente condicionada pelo contexto de crise económica provocada pela pandemia COVID-19 que se vive atualmente e cujos riscos associados levaram à necessidade de reforço das imparidades para a carteira de crédito, no montante de 92,8 milhões de euros, em termos consolidados.

Na atividade em Portugal, a imparidade do crédito registou um aumento de 17,4 milhões de euros face aos 140,6 milhões de euros reconhecidos nos primeiros seis meses de 2019, totalizando 158,0 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2020. O crescimento verificado ficou a dever-se a à revisão dos parâmetros de risco de crédito dos modelos de imparidade que passaram a refletir o novo cenário macroeconómico ditado pelos riscos associados à COVID-19. O impacto reconhecido cifrou-se em 71,8 milhões de euros, tendo sido determinante para contrariar a tendência decrescente evidenciada nos últimos trimestres e a progressiva melhoria da qualidade da carteira a que se vinha assistindo nos períodos anteriores.

Na atividade internacional, a imparidade do crédito ascendeu a 79,3 milhões de euros, que compara com 59,7 milhões de euros reconhecidos nos primeiros seis meses de 2019. Esta evolução foi determinada pelo desempenho da subsidiária polaca, influenciado, por um lado, pela constituição das já referidas imparidades, no montante de 15,7 milhões de euros para fazer face ao risco de crédito acrescido na sequência do atual contexto de crise económica e, por outro, pelo efeito, da imparidade que havia sido constituída, em junho de 2019, para fazer face aos riscos implícitos na carteira de crédito adquirida resultante da consolidação do Euro Bank S.A. Na subsidiária em Moçambique, a dotação de imparidades para fazer face à pandemia provocada pela COVID-19 cifrou-se em 5,3 milhões de euros.

A evolução do custo do risco líquido também foi naturalmente condicionada pela constituição das imparidades para os riscos de crédito associados à pandemia COVID-19, levando a que o custo do risco líquido do Grupo evoluísse de 74 pontos base no primeiro semestre de 2019, para 85 pontos base no mesmo semestre de 2020. Na atividade em Portugal, o custo do risco de crédito situou-se em 82 pontos base no final do primeiro semestre de 2020, face a 76 pontos base no mesmo período de 2019. Excluindo o reforço extraordinário das imparidades para crédito, o custo do risco do Grupo e em Portugal ascenderia a 52 pontos base e a 45 pontos base, respetivamente, mantendo a tendência decrescente verificada nos últimos trimestres. Na atividade internacional, o custo do risco do crédito também aumentou em relação aos 69 pontos base registados no primeiro semestre de 2019, fixando-se em 92

pontos base no final do primeiro semestre de 2020. Se as dotações adicionais efetuadas pelas operações no exterior fossem igualmente desconsideradas, o custo do risco da atividade internacional mantinha-se em níveis semelhantes aos reconhecidos no ano anterior.

As **outras imparidades e provisões** situaram-se em 114,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2020, que compara com 42,8 milhões de euros registados no mesmo período de 2019, impulsionadas sobretudo pela evolução registada na atividade internacional, mas também, embora em menor escala, na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões totalizaram 46,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, o que evidencia um crescimento face aos 41,0 milhões de euros reconhecidos no semestre homólogo de 2019. Esta evolução ficou a dever-se ao reforço da imparidade para outros ativos financeiros e para garantias e outros compromissos, tendo sido parcialmente atenuada pelo menor nível de provisionamento requerido pelos ativos não correntes detidos para venda. De salientar, neste contexto, que as imparidades adicionais para outros ativos financeiros refletem essencialmente a revisão dos parâmetros de risco de crédito na valorização dos instrumentos de dívida, cujo impacto, em conjunto com os reforços extraordinários efetuados para garantias e compromissos, totalizou 16,1 milhões de euros.

Na atividade internacional, o aumento de 65,6 milhões de euros verificado nas outras imparidades e provisões decorreu essencialmente do desempenho da subsidiária polaca, refletindo, por um lado o reforço da provisão extraordinária constituída para os processos relacionados com os créditos à habitação concedidos em francos suíços, no montante de 38,0 milhões de euros e, por outro, as dotações adicionais, no valor de 13,7 milhões de euros, para fazer face à devolução aos seus clientes de comissões cobradas pelo reembolso antecipado de operações de crédito ao consumo, na sequência de uma decisão tomada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. No primeiro semestre de 2020, as outras imparidades e provisões incluem ainda uma provisão, no montante de 12,8 milhões de euros que reflete a melhor estimativa dos potenciais impactos decorrentes do contributo do Banco Millennium Atlântico.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros ascenderam a 58,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2020, montante que compara com 121,1 milhões de euros apurados no semestre homólogo de 2019.

Os impostos reconhecidos incluem, nos primeiros seis meses de 2020, impostos correntes de 56,2 milhões de euros (47,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2019) e impostos diferidos no montante de 2,7 milhões de euros (73,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2019).

O aumento do gasto com impostos correntes no primeiro semestre de 2020 é explicado pelo acréscimo das contribuições sobre o setor bancário e das provisões para outros riscos e encargos, não dedutíveis para efeitos fiscais. A evolução dos impostos diferidos decorreu essencialmente da anulação de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais em consequência da manutenção do regime de taxas de juro baixas e do efeito das perdas atuariais ocorridas ao nível do fundo de pensões, verificada no primeiro semestre de 2019.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 86.556 milhões de euros em 30 de junho de 2020, tendo aumentado 7,0% face aos 80.873 milhões de euros relevados na mesma data do ano anterior. Este aumento ficou a dever-se maioritariamente à evolução da atividade em Portugal, beneficiando também, embora em menor escala, do crescimento do ativo na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, o ativo total apresentou um crescimento de 8,3% face aos 55.569 milhões de euros registados em 30 de junho de 2019, ascendendo a 60.176 milhões de euros na mesma data de 2020. Os maiores aumentos, face ao final de junho de 2019, verificaram-se na carteira de títulos, com o reforço dos ativos elegíveis, nomeadamente da carteira de dívida pública portuguesa, na carteira de crédito a clientes (líquida) e nas disponibilidades em Bancos Centrais. Inversamente, a redução mais significativa observou-se nos ativos não correntes detidos para venda, particularmente no que respeita à carteira de imóveis recebidos em dação.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 26.380 milhões de euros no final de junho de 2020, situando-se 4,3% acima dos 25.304 milhões de euros alcançados na mesma data do ano anterior, devido sobretudo ao aumento da carteira de títulos afeta à subsidiária polaca.

A **carteira de crédito (bruto)** consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, ascendeu a 55.998 milhões de euros em 30 de junho de 2020, evidenciando um aumento de 2,4% face aos 54.699 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, decorrente do desempenho da atividade em Portugal.

O bom desempenho evidenciado pelo crédito a clientes (bruto) na atividade em Portugal, traduziu-se num aumento de 3,3% face aos 37.192 milhões de euros existentes no final de junho de 2019, tendo alcançado 38.402 milhões de euros em 30 de junho de 2020. Este crescimento reflete em grande parte o crédito concedido ao abrigo das linhas de crédito lançadas pelo Governo no âmbito da pandemia provocada pela COVID-19. Os montantes disponibilizados até ao final do primeiro semestre do ano, ascendiam a cerca de 2 mil milhões de euros e permitiram financiar e apoiar mais de 12.500 empresas, reforçando fortemente a presença do banco junto das mesmas. Neste contexto, importa salientar a especial relevância de estar na linha da frente no apoio à economia, no momento particular de grandes desafios que se vive atualmente. De referir também que o crescimento líquido da carteira de crédito foi possível apesar da redução de 1.179 milhões de euros de NPE, resultante do sucesso da estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos, levada a cabo pelo Banco nos últimos anos. Assim, a redução de NPE verificada foi mais do que compensada pelo crescimento de 2.389 milhões de euros registado pela carteira de crédito *performing*.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto) manteve-se praticamente em linha (+0,5%) com o montante alcançado no final de junho de 2019 situando-se em 17.596 milhões de euros em 30 de junho de 2020.

A estrutura da carteira de crédito a clientes (bruto) consolidada manteve padrões equilibrados de diversificação, com o crédito a particulares e o crédito a empresas a representarem, respetivamente, 57,0% e 43,0% do montante total da carteira de crédito a clientes em 30 de junho de 2020 (57,3% e 42,7% na mesma data de 2019).

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19	Var. 20/19
PARTICULARES	31.901	31.342	1,8%
Hipotecário	26.076	25.563	2,0%
Pessoal	5.825	5.779	0,8%
EMPRESAS	24.097	23.356	3,2%
Serviços	8.600	8.701	-1,2%
Comércio	3.991	3.598	10,9%
Construção	1.689	1.918	-11,9%
Outros	9.818	9.139	7,4%
TOTAL	55.998	54.699	2,4%
do qual:			
Atividade em Portugal	38.402	37.192	3,3%
Atividade internacional	17.596	17.506	0,5%

A **qualidade da carteira de crédito** continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

A melhoria da qualidade da carteira de crédito pode constatar-se pela evolução favorável dos respetivos indicadores, entre os quais se destaca o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total que evoluiu de 9,1% em 30 de junho de 2019 para 7,0% na mesma data de 2020, refletindo essencialmente o desempenho da carteira de crédito doméstica, cujo rácio de NPE revelou uma redução de 11,0% para 7,6%.

Simultaneamente, importa referir o aumento generalizado dos graus de cobertura por imparidades na atividade em Portugal, nomeadamente o reforço da cobertura de NPL há mais de 90 dias, de 94,5% no final de junho de 2019 para 111,6% em 30 de junho de 2020, e o reforço da cobertura de NPE que se situou em 56,5% no final do primeiro semestre de 2020, face a 52,5% relevados em igual data do ano anterior.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	30 jun. 20	30 jun. 19	Var. 20/19	30 jun. 20	30 jun. 19	Var. 20/19
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	55.998	54.699	2,4%	38.402	37.192	3,3%
Crédito vencido > 90 dias	1.416	1.863	-24,0%	953	1.495	-36,2%
Crédito vencido	1.528	2.034	-24,9%	969	1.534	-36,8%
Crédito reestruturado	3.055	3.442	-11,2%	2.541	2.842	-10,6%
NPL > 90 dias	2.100	2.799	-25,0%	1.473	2.270	-35,1%
NPE	3.933	4.970	-20,9%	2.908	4.088	-28,8%
Imparidade do crédito (balanço)	2.274	2.664	-14,6%	1.644	2.146	-23,4%
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	2,5%	3,4%		2,5%	4,0%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	2,7%	3,7%		2,5%	4,1%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	5,5%	6,3%		6,6%	7,6%	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	3,7%	5,1%		3,8%	6,1%	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	7,0%	9,1%		7,6%	11,0%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	160,6%	143,0%		172,5%	143,6%	
Cobertura do Crédito vencido	148,8%	131,0%		169,6%	139,9%	
Cobertura de NPL > 90 dias	108,3%	95,2%		111,6%	94,5%	
Cobertura de NPE	57,8%	53,6%		56,5%	52,5%	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	4,8%	6,4%		5,3%	7,7%	

Nota: Os NPE incluem apenas o crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes** evoluíram favoravelmente, tendo apresentado um crescimento de 5,0% face aos 79.224 milhões de euros apurados em 30 de junho de 2019, situando-se em 83.163 milhões de euros no final do primeiro semestre do ano corrente.

O aumento dos recursos totais de clientes, no montante de 3.939 milhões de euros, ficou a dever-se ao bom desempenho dos recursos de balanço, particularmente no que respeita aos depósitos e outros recursos de clientes, que se verificou tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional. Os recursos fora de balanço, por outro lado, situaram-se 372 milhões de euros abaixo do montante apurado em 30 de junho de 2019, fixando-se em 18.154 milhões de euros no final de junho de 2020. A evolução dos recursos fora de balanço foi determinada pela redução verificada na atividade internacional, que reflete, em grande parte, a preferência dos clientes por depósitos e a desvalorização dos ativos mais sujeitos às flutuações dos mercados financeiros, na sequência dos impactos da pandemia provocada pelo vírus COVID-19.

Na atividade em Portugal, os recursos totais cifraram-se em 58.451 milhões de euros no final de junho de 2020, evidenciando um crescimento de 5,1% face aos 55.638 milhões de euros registados em 30 de junho do ano anterior. O aumento de 2.813 milhões de euros foi impulsionado pelo desempenho dos depósitos e outros recursos de clientes, cujo crescimento face a 30 de junho de 2019 foi de 3.019 milhões de euros, confirmando a manutenção do peso dos depósitos de clientes na estrutura de financiamento do ativo.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes situaram-se em 24.712 milhões de euros em 30 de junho de 2020, aumentando 4,8% em relação aos 23.586 milhões de euros apurados na mesma data de 2019. Esta evolução decorreu sobretudo do aumento do volume de depósitos e outros recursos de clientes no montante de 1.426 milhões de euros, tendo o mesmo sido parcialmente absorvido pela quebra de 259 milhões de euros registada nos recursos de clientes fora de balanço. A subsidiária polaca foi a principal responsável por este desempenho dos recursos na atividade internacional.

Em 30 de junho de 2020, os recursos de clientes de balanço e os depósitos e outros recursos de clientes, em termos consolidados, representavam 78% e 76%, respetivamente dos recursos totais de clientes, tendo o seu peso aumentado marginalmente face à mesma data do ano anterior.

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 85% em 30 de junho de 2020, sendo que o mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 83%. Ambos os rácios apresentam valores abaixo dos obtidos na mesma data do ano anterior (88% e 86%, respetivamente).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19	Var. 20/19
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	65.009	60.698	7,1%
Depósitos e outros recursos de clientes	63.464	59.020	7,5%
Débitos para com clientes titulados	1.545	1.678	-8,0%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	18.154	18.526	-2,0%
Ativos sob gestão	5.465	5.445	0,4%
Ativos distribuídos	4.242	3.822	11,0%
Seguros de poupança e de investimento	8.447	9.260	-8,8%
TOTAL	83.163	79.224	5,0%
do qual:			
Atividade em Portugal	58.451	55.638	5,1%
Atividade internacional	24.712	23.586	4,8%

A **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, ascendeu a 19.625 milhões de euros em 30 de junho de 2020, evidenciando um aumento de 22,9% face aos 15.966 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, levando a que o seu peso no ativo total tivesse evoluído de 19,7% para 22,7% no mesmo período. O aumento registado ficou a dever-se ao reforço das carteiras afetas quer à atividade em Portugal, quer à atividade internacional, neste caso justificada essencialmente pelo desempenho da subsidiária polaca, traduzindo principalmente o aumento da carteira de dívida soberana portuguesa e polaca em 1.024 milhões de euros e 1.541 milhões de euros, respetivamente.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 249% no final de junho de 2020, mantendo-se confortavelmente acima do requisito mínimo de 100%, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo. O rácio de cobertura de liquidez, apresenta-se significativamente acima do rácio apurado na mesma data do ano anterior (214%) com um elevado nível de cobertura.

Paralelamente, o Grupo dispõe de uma forte base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*) apurado em 30 de junho de 2020 se fixasse em 137% (135% em 30 de junho de 2019).

Entre 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2020 observou-se um aumento de 1,1 mil milhões de euros no *wholesale funding* líquido consolidado, uma evolução devida sobretudo, em Portugal, a um crescimento das carteiras de dívida pública e privada superior à redução do *gap* comercial.

A composição da estrutura de financiamento de médio longo prazo no final do primeiro semestre de 2020 foi influenciada por decisões tomadas pelo Banco, na sequência da mudança de contexto decorrente da pandemia da COVID-19. Embora a extensão das implicações da pandemia não seja ainda totalmente conhecida, a recessão global que gerou terá um impacto adverso no sistema bancário e nas condições de acesso ao mercado de capitais. Por esse motivo, e em resposta à crise, os Bancos Centrais e os Supervisores implementaram várias ações e medidas de mitigação dos impactos negativos para os bancos, envolvendo a provisão de liquidez adicional ao sistema bancário através das denominadas “Operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas III” (“ORPA III”, “TLTRO III” na abreviatura inglesa) e da introdução de medidas de flexibilização de colateral elegível para desconto junto do BCE.

No âmbito da resposta à crise, o Banco decidiu ajustar a sua política de financiamento. No que respeita ao recurso a financiamento do BCE, e consideradas a deterioração das condições de mercado em março e abril e a incerteza e volatilidade observadas no mercado de capitais, o BCP decidiu elevar a sua participação na ORPA III a 7,6 mil milhões de euros, ocorrida na mesma data do refinanciamento de 4,0 mil milhões de euros da ORPA II na sua maturidade e de outras tomadas de 1,5 mil milhões de euros efetuadas em abril, já em contexto de reação à crise. Por outro lado, tirando partido da sua confortável posição de liquidez, o Banco optou ainda pelo reembolso antecipado, também no final do primeiro semestre de 2020, de empréstimos de longo prazo colateralizados junto do BEI no valor de 750 milhões de euros, ao mesmo tempo que reforçava a sua *pool* de colateral elegível para desconto no BCE através de uma emissão de obrigações hipotecárias próprias no valor de 1,7 mil milhões de euros após *haircuts*.

Após estas operações e face ao período homólogo de 2019, o endividamento de médio-longo prazo da atividade em Portugal reflete um aumento do financiamento líquido no BCE de 2,2 mil milhões de euros, para 4,3 mil milhões de euros, e uma redução de 906 milhões de euros nos empréstimos ao BEI, para um saldo de 661 milhões de euros, a cujo impacto acresce a emissão de 450 milhões de euros de títulos de dívida subordinada elegível para fundos próprios de nível *Tier 2* e para efeitos de MREL, realizada em setembro de 2019. No mercado monetário relevou a redução do saldo de *repos* de 685 milhões de euros para valor nulo.

Em Portugal, a medida de reforço de colateral acima mencionada e o impacto das medidas de flexibilização do BCE, através da redução dos *haircuts* aplicáveis aos ativos elegíveis, contribuíram para reforçar de modo substancial o *buffer* de liquidez junto do Banco Central face a junho de 2019, em 2,9 mil milhões de euros para 17,2 mil milhões de euros.

Os impactos na liquidez da crise COVID-19 têm vindo a ser monitorizados nas principais operações do Grupo através dos indicadores e limites definidos na estrutura interna de gestão de risco de liquidez e ainda através de *reporting* diário produzido em moldes definidos pelo Supervisor. Tal como em Portugal, todos os indicadores de liquidez disponíveis demonstram a resiliência das posições de liquidez do Bank Millennium (Polónia) e do Bim (Moçambique) desde o início da crise provocada pela COVID-19, suportadas desde logo na estabilidade das bases de depósitos, e em particular das respetivas componentes de retalho. Em consequência, e face ao período homólogo de 2019, os *buffers* de liquidez junto dos respetivos bancos centrais evidenciaram crescimentos de 1,5 mil milhões de euros (para 5,5 mil milhões de euros) no Bank Millennium e de 140 milhões de euros (para 838 milhões de euros) no Banco Internacional de Moçambique.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 30 de junho de 2020 fixou-se em 12,1% *phased-in* e *fully implemented*, refletindo uma variação de -6 e de -3 pontos base, respetivamente, face ao rácio de 12,2% reportado de acordo com as regras *phased-in* e *fully implemented*, na mesma data de 2019.

A evolução do rácio CET1 *fully implemented* foi influenciada sobretudo pela geração orgânica de capital, mitigando o aumento generalizado dos riscos ponderados. O Rácio Total beneficiou da colocação de uma emissão de *Tier 2* de 450 milhões de euros em Portugal.

Os rácios de capital estimados para o final do primeiro semestre de 2020, situam-se acima dos rácios mínimos definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2020 (CET1: 8,828%, T1: 10,750% e Total: 13,313%).

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19
FULLY IMPLEMENTED		
Fundos Próprios		
<i>Common Equity Tier1 (CET1)</i>	5.598	5.427
<i>Tier1 (T1)</i>	6.131	5.928
Fundos próprios totais	7.173	6.545
Riscos ponderados	46.147	44.626
Rácios de solvabilidade		
<i>CET1</i>	12,1%	12,2%
<i>Tier1</i>	13,3%	13,3%
Total	15,5%	14,7%
PHASED-IN		
<i>CET1</i>	12,1%	12,2%

Nota: Os rácios de junho de 2020 são estimados, incluindo os resultados líquidos positivos acumulados, não auditados. Os rácios de junho de 2019 incluem os resultados líquidos positivos acumulados, não auditados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

No âmbito da situação de pandemia COVID-19 que se atravessa neste momento, destacam-se algumas iniciativas levadas a cabo pelo Millennium bcp de apoio à economia e à comunidade:

- Lançamento de soluções para particulares e empresas promovidas pelo Governo Português e pela APB;
- Participação na conferência de doadores, fazendo parte do contributo português para o esforço da UE em encontrar uma vacina e um tratamento para a COVID-19;
- Apoio ao SNS através de iniciativas como a campanha "Unidos pela Sobrevivência", a reconversão do Hospital Curry Cabral e a construção da Estrutura Hospitalar de Contingência de Lisboa, entre outras;
- Integração do movimento Portugal #EntraEmCena, que junta artistas e empresas públicas e privadas no apoio à Cultura;
- Apoio por parte da Fundação Millennium bcp à Rede de Emergência Alimentar do Banco Alimentar contra a Fome, reforçando a sua contribuição anual;
- Millennium Festival ao Largo, este ano realizado no Palácio Nacional da Ajuda, respeitando as regras de segurança, sem deixar de levar o melhor da música clássica e do bailado ao público.

Outros acontecimentos:

- Em 3 de abril, a Fitch Ratings reafirmou o *rating* de longo prazo do Banco em 'BB' ("IDR" - *issuer default rating*) e o seu *rating* intrínseco em 'bb' ("VR" - *viability rating*), e reviu o *outlook* de longo prazo de Positivo para Negativo, com base na incerteza associada ao coronavírus. Atribuiu o *rating* 'BB-' à dívida sénior não preferencial do Banco, e o *rating* 'B+' à dívida *Tier 2*, de acordo com a sua nova metodologia de *rating* de bancos. Atribuiu o *rating* 'BB+'/'B' aos depósitos, um nível acima do IDR de longo prazo, refletindo a sua visão do maior nível de proteção dos depositantes.
- Em 8 de abril, a Standard & Poor's reafirmou o *rating* de longo prazo do Banco em 'BB' ("ICR" - *issuer credit rating*) e o seu *rating* intrínseco em 'bb' ("SACP" - *stand alone credit profile*), e reviu o *outlook* de longo prazo de Positivo para Estável, com base na incerteza associada ao coronavírus.
- No dia 21 de abril, o BCP alterou as condições referentes à emissão de Obrigações Hipotecárias com o ISIN PTBCQLOE0036, nomeadamente o montante da referida emissão de 2.000.000.000 euros para 4.000.000.000 euros, tendo por objetivo aumentar a carteira de ativos elegíveis para desconto junto do BCE.
- No dia 20 de maio, realizou-se a Assembleia Geral Anual de Acionistas, por meios exclusivamente telemáticos, com a participação de Acionistas detentores de 61,31% do respetivo capital social, sendo de salientar as seguintes deliberações:
 - Aprovação do relatório de gestão, do balanço e das contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2019, incluindo o Relatório do Governo Societário;
 - Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2019;

- Aprovação da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;
- Recondução dos membros eleitos da Mesa da Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A. para o quadriénio 2020/2023 (Presidente: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa e Vice-Presidente: Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo).

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A eclosão e rápida disseminação da COVID-19 obrigou a generalidade dos países a implementar medidas de contenção que se revelaram muito nocivas para a economia global. Neste contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta uma contração do PIB mundial de 4,9% em 2020, seguida de uma rápida recuperação em 2021 (5,4%). Estas previsões, que incorporam os efeitos positivos decorrentes da reação assertiva das autoridades de política económica à escala global, não incluem, no entanto, o impacto de uma eventual segunda vaga do Coronavírus que exija novas medidas de confinamento.

A área do euro deverá ser a mais penalizada entre as principais economias mundiais, dada a forte incidência da pandemia em alguns dos seus Estados-membros. Com efeito, após a forte queda do PIB no primeiro trimestre (variação em cadeia de -3,6%), a Comissão Europeia (CE) estima uma redução adicional de 13,6% no segundo trimestre, o que se deverá saldar num recuo do PIB da UEM de 8,7% em 2020, com uma retoma parcial em 2021 (6,1%). Neste quadro, o Banco Central Europeu (BCE) reforçou a aquisição de títulos de dívida pública e privada e criou uma nova facilidade de liquidez dirigida aos bancos, mas não alterou as taxas diretoras.

A chegada da pandemia ao continente americano revelou-se mais demorada, o que se traduziu numa contração mais ténue da economia norte-americana no primeiro trimestre (-1,3%), quando comparada com as suas congéneres europeias. Todavia, a imposição de medidas restritivas de confinamento no decurso do segundo trimestre provocou uma queda apreciável dos níveis de atividade que tornam inevitável a materialização de uma forte recessão em 2020, que a Reserva Federal (Fed) estima traduzir-se numa contração do produto de 6,5%. Neste entorno, a Fed reduziu a sua taxa diretora para 0%, intensificou os montantes de aquisição de dívida pública, lançou um programa de compra de títulos de dívida privada e criou linhas de crédito dedicadas a empresas não-financeiras.

A chegada da COVID-19 ao Ocidente em março provocou uma forte correção nas valorizações das classes de ativos de maior risco, como as ações, a dívida empresarial e os ativos das economias emergentes. Porém, e apesar do clima recessivo da economia global, os mercados financeiros registaram uma surpreendente recuperação no segundo trimestre, o que sublinha a relevância da atuação das autoridades de política monetária e orçamental. A evolução da dívida soberana da periferia não diferiu deste padrão, já que o alargamento dos prémios de risco no final do primeiro trimestre foi em grande parte revertido com a postura expansionista do BCE. A melhoria do sentimento dos investidores refletiu-se favoravelmente no euro, enquanto que a dissipação das tensões no mercado de financiamento de curto prazo da UEM conduziu a uma convergência gradual das taxas de juro Euribor para patamares mais próximos da taxa de depósito do BCE.

Portugal tem sido um dos países europeus mais afetados pela pandemia, sobretudo devido à preponderância do turismo nas exportações e no emprego. No primeiro trimestre, a evolução do PIB saldou-se numa quebra homóloga de 2,3%, sendo que de acordo com a CE, no computo de 2020 a atividade económica irá contrair-se 9,8%, só recuperando 6,0% em 2021. A gravidade da situação impeliu o governo a implementar um conjunto de medidas para mitigar o impacto da COVID-19, incluindo linhas de crédito garantidas, moratórias de crédito e de obrigações contributivas para empresas e particulares, para além de um regime de *layoff* simplificado e outras medidas de

proteção ao emprego. O ativismo da política orçamental combinado com a retração expressiva do PIB implicam uma deterioração marcada das finanças públicas em 2020.

A economia polaca denotou grande resiliência no primeiro trimestre, com o PIB a cair apenas 0,4% em cadeia, dada a sua reduzida exposição a setores muito afetados pela pandemia, como o turismo, e a estrutura diversificada do seu aparelho produtivo. No entanto, no segundo trimestre, o confinamento necessário à contenção da pandemia resultou numa quebra significativa da atividade, levando o banco central a reduzir a taxa de referência de 0,50% para 0,10%. No plano cambial, o zloti tem vindo a recuperar da forte depreciação registada em março, ainda que modestamente.

Em Moçambique, as medidas de intervenção no âmbito da COVID-19 e a instabilidade militar no norte do país, a par com a contração da procura externa, têm vindo a condicionar o desempenho da economia e, por conseguinte, a evolução do metical, que se tem vindo a depreciar, com particular expressão desde o final de maio. Perante este enquadramento, o banco central voltou a diminuir as taxas de referência no primeiro trimestre. No conjunto do ano, o FMI antevê que a taxa de crescimento do PIB em Moçambique seja de 1,4%. Em Angola, a recessão económica que o país enfrenta desde 2016 deverá agravar-se no decorrer deste ano, devido à forte queda da produção e do preço do petróleo, em consequência do colapso da procura global. Neste quadro, a trajetória de depreciação do Kwanza tem-se tornado cada vez mais acentuada.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal (1)			Atividade internacional		
	jun. 20	jun. 19	Var. 20/19	jun. 20	jun. 19	Var. 20/19	jun. 20	jun. 19	Var. 20/19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	759,1	740,1	2,6%	379,2	399,4	-5,1%	379,9	340,7	11,5%
Rendimentos de instrumentos de capital	3,5	0,7	>200%	2,8	-	>200%	0,7	0,7	9,3%
Resultado de serviços e comissões	345,2	342,2	0,9%	232,4	235,5	-1,3%	112,8	106,7	5,7%
Resultados em operações financeiras	39,6	95,5	-58,5%	3,1	53,5	-94,2%	36,5	42,1	-13,3%
Outros proveitos de exploração líquidos	(119,4)	(76,9)	-55,3%	(66,9)	(41,2)	-62,5%	(52,5)	(35,8)	-46,9%
Resultados por equivalência patrimonial	42,9	21,2	102,4%	40,4	14,9	172,0%	2,5	6,3	-61,2%
Produto bancário	1.070,8	1.122,7	-4,6%	591,0	662,1	-10,7%	479,8	460,6	4,2%
Custos com o pessoal	327,6	324,2	1,0%	194,7	207,3	-6,1%	132,9	116,9	13,7%
Outros gastos administrativos	165,1	165,5	-0,3%	85,7	92,5	-7,3%	79,3	73,0	8,6%
Amortizações do exercício	69,2	57,0	21,5%	37,9	33,9	11,8%	31,3	23,0	35,7%
Custos operacionais	561,8	546,7	2,8%	318,3	333,7	-4,6%	243,5	213,0	14,3%
Custos operacionais excluindo itens específicos	540,7	519,7	4,0%	305,2	311,3	-2,0%	235,6	208,4	13,1%
Resultados antes de imparidades e provisões	509,0	576,0	-11,6%	272,7	328,4	-17,0%	236,3	247,7	-4,6%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	237,3	200,3	18,5%	158,0	140,6	12,4%	79,3	59,7	32,9%
Outras imparidades e provisões	114,0	42,8	166,2%	46,6	41,0	13,8%	67,4	1,8	>200%
Resultado antes de impostos	157,7	332,9	-52,6%	68,0	146,7	-53,6%	89,6	186,2	-51,8%
Impostos	58,9	121,1	-51,4%	22,6	74,4	-69,6%	36,3	46,7	-22,4%
Correntes	56,2	47,4	18,4%	5,6	(7,9)	171,3%	50,5	55,4	-8,7%
Diferidos	2,7	73,7	-96,3%	17,0	82,3	-79,4%	(14,3)	(8,6)	-65,3%
Resultado após impostos de operações em continuação	98,8	211,8	-53,4%	45,4	72,4	-37,3%	53,4	139,5	-61,7%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	13,4	-100,0%	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	22,8	55,5	-58,8%	0,2	(0,4)	160,4%	22,6	55,8	-59,5%
Resultado líquido	76,0	169,8	-55,3%	45,2	72,7	-37,9%	30,8	83,7	-63,2%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	86.556	80.873	7,0%	60.176	55.569	8,3%	26.380	25.304	4,3%
Recursos totais de clientes	83.163	79.224	5,0%	58.451	55.638	5,1%	24.712	23.586	4,8%
Recursos de clientes de balanço	65.009	60.698	7,1%	43.276	40.349	7,3%	21.733	20.348	6,8%
Depósitos e outros recursos de clientes	63.464	59.020	7,5%	41.847	38.829	7,8%	21.617	20.191	7,1%
Débitos para com clientes titulados	1.545	1.678	-8,0%	1.428	1.521	-6,1%	116	157	-26,1%
Recursos de clientes fora de balanço	18.154	18.526	-2,0%	15.176	15.289	-0,7%	2.978	3.237	-8,0%
Ativos sob gestão	5.465	5.445	0,4%	3.327	3.159	5,3%	2.139	2.285	-6,4%
Ativos distribuídos	4.242	3.822	11,0%	3.822	3.344	14,3%	420	479	-12,1%
Seguros de poupança e de investimento	8.447	9.260	-8,8%	8.027	8.786	-8,6%	419	473	-11,4%
Crédito a clientes (bruto)	55.998	54.699	2,4%	38.402	37.192	3,3%	17.596	17.506	0,5%
Particulares	31.901	31.342	1,8%	19.403	19.244	0,8%	12.498	12.099	3,3%
Hipotecário	26.076	25.563	2,0%	17.343	17.229	0,7%	8.733	8.334	4,8%
Pessoal	5.825	5.779	0,8%	2.060	2.015	2,2%	3.765	3.764	0,0%
Empresas	24.097	23.356	3,2%	18.999	17.948	5,9%	5.098	5.408	-5,7%
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	1.528	2.034	-24,9%	969	1.534	-36,8%	559	500	11,8%
Crédito vencido há mais de 90 dias	1.416	1.863	-24,0%	953	1.495	-36,2%	463	368	25,9%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	2,5%	3,4%		2,5%	4,0%		2,6%	2,1%	
Imparidade do crédito (balanço)	2.274	2.664	-14,6%	1.644	2.146	-23,4%	630	518	21,7%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	4,1%	4,9%		4,3%	5,8%		3,6%	3,0%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	160,6%	143,0%		172,5%	143,6%		136,0%	140,7%	
<i>Stock de Non-Performing Exposures</i>	3.933	4.970	-20,9%	2.908	4.088	-28,8%	1.025	882	16,2%
<i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i>	7,0%	9,1%		7,6%	11,0%		5,8%	5,0%	
Crédito reestruturado	3.055	3.442	-11,2%	2.541	2.842	-10,6%	513	600	-14,4%
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	5,5%	6,3%		6,6%	7,6%		2,9%	3,4%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	85	74		82	76		92	69	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	57,8%	53,6%		56,5%	52,5%		61,5%	58,7%	

(1) Não considera o resultado de operações classificadas contabilisticamente como descontinuadas ou em descontinuação no montante de 13,4 milhões de euros, registado no primeiro semestre de 2019.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

	(Milhares de euros)	
	30 junho 2020	30 junho 2019
Juros e proveitos equiparados	961.206	952.855
Juros e custos equiparados	(202.130)	(212.782)
MARGEM FINANCEIRA	759.076	740.073
Rendimentos de instrumentos de capital	3.488	675
Resultados de serviços e comissões	345.180	342.184
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	(54.404)	(1.371)
Ganhos / (perdas) cambiais	75.092	30.318
Resultados de contabilidade de cobertura	(3.438)	(4.192)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(11.198)	(9.830)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	33.548	80.612
Resultados da atividade seguradora	6.043	5.467
Outros proveitos / (custos) de exploração	(119.948)	(105.612)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	1.033.439	1.078.324
Custos com o pessoal	327.562	324.242
Outros gastos administrativos	165.055	166.982
Amortizações	69.178	56.957
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	561.795	548.181
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	471.644	530.143
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(242.547)	(200.026)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(10.569)	(139)
Imparidade de outros ativos	(23.080)	(41.001)
Outras provisões	(75.160)	(1.958)
RESULTADO OPERACIONAL	120.288	287.019
Resultados por equivalência patrimonial	42.897	21.191
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(5.519)	24.706
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	157.666	332.916
Impostos		
Correntes	(56.164)	(47.437)
Diferidos	(2.712)	(73.651)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	98.790	211.828
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	13.413
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	98.790	225.241
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	75.958	169.779
Interesses que não controlam	22.832	55.462
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	98.790	225.241
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,008	0,022
Diluído	0,008	0,022

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS INTERCALARES CONDENSADOS
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	(Milhares de euros)		
	30 junho 2020	31 dezembro 2019	30 junho 2019
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.302.644	5.166.551	3.586.081
Disponibilidades em outras instituições de crédito	350.218	320.857	313.410
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	1.085.970	892.995	971.191
Crédito a clientes	51.248.306	49.847.829	49.564.362
Títulos de dívida	5.742.472	3.185.876	3.378.140
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	2.335.697	878.334	855.686
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.305.443	1.405.513	1.417.907
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	-	31.496	31.544
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13.285.390	13.216.701	13.385.951
Derivados de cobertura	133.590	45.141	207.312
Investimentos em associadas	429.589	400.391	421.964
Ativos não correntes detidos para venda	1.201.651	1.279.841	1.582.654
Propriedades de investimento	13.165	13.291	9.712
Outros ativos tangíveis	671.477	729.442	712.384
Goodwill e ativos intangíveis	238.140	242.630	214.696
Ativos por impostos correntes	21.043	26.738	52.478
Ativos por impostos diferidos	2.661.955	2.720.648	2.798.682
Outros ativos	1.529.676	1.239.134	1.369.084
TOTAL DO ATIVO	86.556.426	81.643.408	80.873.238
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	9.055.226	6.366.958	7.231.450
Recursos de clientes e outros empréstimos	62.475.176	59.127.005	56.877.433
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.475.762	1.594.724	1.771.787
Passivos subordinados	1.440.353	1.577.706	1.302.023
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	411.227	343.933	332.002
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.287.682	3.201.309	3.514.497
Derivados de cobertura	265.447	229.923	278.927
Provisões	345.911	345.312	314.422
Passivos por impostos correntes	5.656	21.990	9.171
Passivos por impostos diferidos	6.593	11.069	10.579
Outros passivos	1.337.709	1.442.225	1.665.825
TOTAL DO PASSIVO	79.106.742	74.262.154	73.308.116
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	4.725.000	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	402.922
Reservas legais e estatutárias	254.464	240.535	240.535
Títulos próprios	(70)	(102)	(88)
Reservas e resultados acumulados	760.842	435.823	793.684
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	75.958	302.003	169.779
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	6.232.665	6.119.730	6.348.303
Interesses que não controlam	1.217.019	1.261.524	1.216.819
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7.449.684	7.381.254	7.565.122
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	86.556.426	81.643.408	80.873.238

INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO

O Grupo BCP prepara a informação financeira de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) endossadas pela União Europeia. Como complemento dessa informação, o Grupo BCP utiliza um conjunto de indicadores alternativos de desempenho que permitem monitorizar a evolução da sua atividade ao longo do tempo. Na sequência das orientações sobre Indicadores Alternativos de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) em outubro de 2015 (ESMA/2015/1415), são apresentados, neste anexo, alguns indicadores relacionados com a avaliação da rendibilidade e eficiência e da qualidade da carteira de crédito, entre outros que se destinam a facilitar a compreensão sobre a evolução da posição económica e financeira do Grupo BCP. A informação apresentada neste âmbito não foi auditada e não substitui, em qualquer circunstância, a informação financeira preparada de acordo com as IFRS. Salienta-se também que as definições e conceitos utilizados pelo Grupo BCP para o cálculo destes indicadores podem diferir dos utilizados por outras entidades no apuramento de outras medidas semelhantes, podendo não ser, por isso, diretamente comparáveis. Em conformidade com as orientações referidas, os indicadores alternativos de desempenho, seguidamente detalhados, são apresentados conjuntamente com informação adicional que reconcilia os valores contabilísticos apresentados no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e a informação financeira que reflete os critérios de gestão adotados pelo Grupo BCP. Estes indicadores e as respetivas componentes são também descritos de forma mais detalhada no glossário.

1) Crédito a clientes líquido / Recursos de clientes de balanço

Relevância do indicador: o rácio de transformação dos recursos de clientes de balanço em crédito (líquido) é um indicador de liquidez que permite avaliar especificamente a estrutura de *funding* de retalho do Grupo.

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19
Crédito a clientes (líq.) (1)	53.724	52.035
Recursos de clientes de balanço (2)	65.009	60.698
(1) / (2)	82,6%	85,7%

2) Rendibilidade do ativo médio (“ROA”)

Relevância do indicador: permite avaliar a capacidade do Grupo para gerar resultados com o volume de ativos disponíveis.

Milhões de euros

	6M20	6M19	
Resultado líquido (1)	76	170	
Interesses que não controlam (2)	23	55	
Ativo médio (3)	83.319	78.000	
	[(1) + (2), anualizado] / (3)	0,2%	0,6%

3) Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a capacidade do Grupo para remunerar os detentores do seu capital, avaliando o nível de rendibilidade gerada pelos fundos investidos pelos acionistas no Grupo.

Milhões de euros

	6M20	6M19	
Resultado líquido (1)	76	170	
Capitais próprios médios (2)	5.775	5.973	
	[(1), anualizado] / (2)	2,6%	5,7%

4) Rácio de eficiência (*cost to income*)

Relevância do indicador: permite monitorizar o nível de eficiência do Grupo (excluindo itens específicos), avaliando o volume de custos operacionais incorridos para gerar o produto bancário alcançado.

Milhões de euros

	6M20	6M19
Custos operacionais (1)	562	547
dos quais: itens específicos (2)	21	27
Produto bancário (3)*	<u>1.071</u>	<u>1.123</u>
	[(1) - (2)] / (3)	46,3%
	50,5%	

* Exclui os itens específicos, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos na subsidiária polaca, no montante de 0,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2020 e de montante imaterial no primeiro semestre de 2019.

5) Custo do risco, líquido de recuperações (expresso em pontos base, anualizado)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a qualidade da carteira de crédito avaliando a relação entre as dotações para imparidade (líquidas de reversões e recuperações de crédito e juros) reconhecidas no período e o *stock* de crédito a clientes no final desse período.

Milhões de euros

	6M20	6M19
Crédito a clientes ao custo amortizado, antes de imparidade (1)	55.640	54.366
Dotações para imparidade (líquidas de recuperações) (2)	<u>237</u>	<u>200</u>
	[(2), anualizado] / (1)	74
	85	

6) *Non-performing exposures* (NPE) / Crédito a clientes (bruto)

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de risco de crédito a que o Grupo se encontra exposto em função da proporção da carteira de crédito NPE no total da carteira de crédito a clientes (bruto).

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.933	4.970
Crédito a clientes (bruto) (2)	<u>55.998</u>	<u>54.699</u>
(1) / (2)	7,0%	9,1%

7) Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de cobertura da carteira NPE pelo volume de imparidade do crédito de balanço constituída pelo Grupo.

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.933	4.970
Imparidade do crédito de balanço (2)	<u>2.274</u>	<u>2.664</u>
(2) / (1)	57,8%	53,6%

RECONCILIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA COM OS CRITÉRIOS DE GESTÃO DO GRUPO

Crédito a clientes	Milhões de euros	
	30 jun. 20	30 jun. 19
Crédito a clientes ao custo amortizado (Balanço contabilístico)	51.248	49.564
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	2.143	2.155
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados	333	316
Crédito a clientes (líquido) considerando os critérios de gestão	53.724	52.035
Imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado	2.231	2.620
Imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	18	27
Ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados	25	16
Crédito a clientes (bruto) considerando os critérios de gestão	55.998	54.699

Imparidade do crédito a clientes (DR)	Milhões de euros	
	6M20	6M19
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado (DR contabilística) (1)	243	200
Imparidade de Aplicações em Instituições de crédito (ao custo amortizado) (2)	1	-1
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado não associados a operações de crédito (3)	4	0
Imparidade do crédito a clientes considerando os critérios de gestão (1)-(2)-(3)	237	200

Recursos de balanço de clientes

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (1)	2.288	3.514
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (2)	1.298	1.372
Depósitos de clientes ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	989	2.142
Recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (4)	62.475	56.877
Depósitos e outros recursos de clientes considerando os critérios de gestão (5) = (3) + (4)	63.464	59.020
Titulos de dívida não subordinada emitidos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (6)	1.476	1.772
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (7)	1.298	1.372
Titulos de dívida não subordinada colocados em clientes institucionais (8)	1.230	1.466
Débitos para com clientes titulados considerando os critérios de gestão (9) = (6) - (7) - (8)	1.545	1.678
Recursos de clientes de balanço considerando os critérios de gestão (10) = (5) + (9)	65.009	60.698

Carteira de títulos

Milhões de euros

	30 jun. 20	30 jun. 19
Títulos de dívida ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (1)	5.742	3.378
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade (2)	2.143	2.155
Títulos de dívida ao custo amortizado considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	3.600	1.223
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (4)	1.305	1.418
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados (5)	333	316
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (6) = (4) - (5)	972	1.102
Ativos financeiros detidos para negociação (Balanço contabilístico) (7)	2.336	856
dos quais: derivados de negociação (8)	568	632
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (9)	0	32
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Balanço contabilístico) (10)	13.285	13.386
Ativos com acordo de recompra (Balanço contabilístico) (11)	0	0
Carteira de títulos considerando os critérios de gestão (12) = (3) + (6) + (7) - (8) + (9) + (10) + (11)	19.625	15.966

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – resultados da atividade seguradora, outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado Core (Core net income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2020 e de 2019 não foram objeto de auditoria.